

E, EDITORIAL

MUDANÇAS

A constante mudança das sociedades é um dado adquirido e inúmeras vezes referenciado na história da humanidade. Atribui-se a Heráclito a frase “Nada existe de permanente, exceto a mudança”, e apenas a velocidade a que estas transformações ocorrem parece ser cada vez maior.

Uma das características que mais se tem destacado nos mais diversos fóruns de discussão pública em Portugal é o da recente e rápida alteração do perfil da nossa população. Se por um lado continuam e se agravam as questões decorrentes do envelhecimento da população autóctone, os recentes, e nem sempre completamente caracterizados, fluxos migratórios constituem tema recorrente de análise. Relativamente a estes últimos, existem dados recentes e muito interessantes que nos ajudam a perceber a realidade e como ela se transformou tão rapidamente nos últimos tempos. Por exemplo, dados do Ministério da Educação (Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, DGEEC) referentes ao ano letivo de 2023/2024, referem um total de 14% de alunos filhos de pai e/ou mãe estrangeiros no ensino básico e secundário, sendo que em algumas regiões, como o Algarve ou a região da Grande Lisboa, esse valor sobe para cerca de 20%. Mais ainda, o número médio de nacionalidades diferentes nas escolas portuguesas é de doze, sendo que em algumas delas esse valor ultrapassa as cinquenta nacionalidades distintas.

Esta súbita e drástica alteração coloca desafios também interessantes a todos os que têm responsabilidades na gestão da alimentação nas escolas frequentadas por estas crianças e adolescentes, cujos hábitos, crenças e tradições são por vezes muito diferentes dos praticados por aqueles cujos pais cá vivem há mais gerações. Estes desafios colocam-se igualmente ao nível da prestação do apoio nutricional por parte dos Nutricionistas, seja nos Cuidados de Saúde Primários seja nos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde, desafios que muitas vezes são acrescentados pela barreira linguística que se observa em alguns casos.

Ora, estes desafios implicam certamente necessidade de ação e esta apenas pode ser eficaz, como muitas vezes referimos neste fórum, se baseada na melhor informação e evidência científica disponível.

Os dois artigos que nesta adição são dados à estampa, nomeadamente o de Pinheiro Pinto e colaboradores e o de Sousa Silva e colaboradores, aprofundam, sob duas perspetivas distintas, o nosso conhecimento sobre a realidade da alimentação escolar em duas regiões do país, continuando a conferir assim à Acta Portuguesa de Nutrição o papel central de articulação entre a comunidade científica e a sociedade, que tanto necessita desta informação.

Com o rigor exigível, continuaremos a dar a esta publicação as linhas de orientação que lhe permitam manter e reforçar este estatuto.

Nuno Borges

Diretor da Acta Portuguesa de Nutrição